



GRUPO DE MODA SOMA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 10.285.590/0001-08

NIRE 33.3.0031538-1

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

DATA: 28 DE ABRIL DE 2023

HORÁRIO: 15:00 HORAS

ÍNDICE

Anexo I	Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos da seção 2 do formulário de referência	8
Anexo II	Proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.....	42
Anexo III	Informações sobre a remuneração dos administradores, nos termos da seção 8 do formulário de referência	49

GRUPO DE MODA SOMA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 10.285.590/0001-08

NIRE 33.3.0031538-1

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2023**

Senhores Acionistas,

A administração da Grupo de Moda Soma S.A., companhia aberta, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Pasteur, nº 154, Botafogo, CEP 22.290-240, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.285.590/0001-08 ("Companhia") apresenta aos Senhores Acionistas a presente Proposta da Administração, contendo as informações exigidas pela Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), relacionadas à Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 28 de abril de 2023, às 15:00 horas ("AGO"), de forma exclusivamente digital, que será considerada realizada na sua sede social, conforme Edital de Convocação da Assembleia disponibilizado nos *websites* da Companhia (www.somagruposoma.com.br/investidores), da CVM (gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br).

Informamos que a ordem do dia da AGO será a seguinte:

- (i) tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022;
- (ii) destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, conforme Proposta da Administração datada de 27 de março de 2023;
- (iii) fixação da remuneração global dos administradores da Companhia e, caso instalado, dos membros do Conselho Fiscal, para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme Proposta da Administração datada de 27 de março de 2023.

Apresentamos a seguir a Proposta da Administração da Companhia com relação a cada um dos itens da ordem do dia da AGO, considerando as deliberações em Reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de março de 2023, e manifestação favorável do Conselho Fiscal

da Companhia, em reunião de 6 de março de 2023, e do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças estatutário, em reunião realizada em 6 de março de 2023.

MARCEL SAPIR
Presidente do Conselho de Administração

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. Tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

A administração propõe a V.Sas. a aprovação das contas dos administradores e das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo as respectivas notas explicativas, o relatório da administração, o parecer dos auditores independentes, o parecer do Conselho Fiscal e o relatório do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças da Companhia. As referidas demonstrações contábeis, acompanhadas das respectivas notas explicativas, o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes da Companhia, foram devidamente apreciadas pelo Conselho Fiscal e pelo Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças da Companhia, bem como aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reuniões realizadas em 6 de março de 2023.

Vale notar que Ernst & Young Auditores Independentes S.S, na qualidade de auditor independente da Companhia, emitiu parecer sem ressalvas a respeito das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Ademais, a administração recomenda a V.Sas. examinar detalhadamente as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, bem como os demais documentos acima mencionados, os quais foram devidamente disponibilizados à consulta de V.Sas. nos *websites* da Companhia (www.somagrupos.com.br/investidores), da CVM (gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br).

De acordo com o disposto no artigo 10º, inciso III, da Resolução CVM 81, a Companhia informa aos acionistas que os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, nos termos da seção 2 do Formulário de Referência, estão previstos no Anexo I desta Proposta da Administração.

2. Destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

A administração propõe a V.Sas. a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 nos termos do Anexo II desta Proposta da Administração, conforme o Anexo A da Resolução CVM 81.

3. Fixação da remuneração global dos administradores da Companhia e, caso instalado, dos membros do Conselho Fiscal, para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme Proposta da Administração datada de 27 de março de 2023.

A administração propõe a V.Sas. a aprovação da remuneração global anual dos administradores

da Companhia (notadamente Conselho de Administração e Diretoria) para o exercício social de 2023, no montante de até R\$33.651.754,96 (trinta e três milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e noventa e seis centavos), para o período compreendido entre janeiro de 2023 a dezembro de 2023.

Adicionalmente, caso o Conselho Fiscal venha a ser instalado, a administração propõe a V.Sas. a aprovação da remuneração global anual dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, no montante de R\$292.572,00 (duzentos e noventa e dois mil e quinhentos e setenta e dois reais), para o período compreendido entre janeiro de 2023 a dezembro de 2023.

Comparação entre a remuneração proposta para este exercício e a efetivamente realizada no exercício anterior

O valor global proposto para a remuneração dos administradores em conjunto com a remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023, de até R\$33.944.326,96 (trinta e três milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, trezentos e vinte e seis reais e noventa e seis centavos), representa um aumento de aproximadamente 89% (oitenta e nove por cento) frente à remuneração global efetiva dos administradores e membros do Conselho Fiscal no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. A variação reflete o reajuste da remuneração, inclusive em razão de alinhamento dos salários e pacotes de benefícios compatíveis com o mercado, bem como o programa de remuneração baseado em ações da Companhia, e visa compatibilizar o alinhamento dos administradores com os objetivos dos acionistas e com a estratégia socioeconômica da Companhia, ao mesmo tempo que busca compensar os administradores e reconhecer e manter profissionais de alta performance. Ressalta-se que o valor proposto é, em verdade, uma alçada para fins do artigo 152 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, sendo certo que o valor efetivo das remunerações poderá ser inferior, incluindo pelo fato de que parte da remuneração prevista é variável.

Com relação à remuneração efetivamente paga no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o comparativo dos valores é o seguinte:

Órgão	Remuneração Efetiva em 2022	Limite proposto para 2023	Motivos da Diferença
Diretoria	R\$15.217.855,75	R\$30.021.754,96	Ajuste proposto a partir do estudo de competitividade de remuneração dos executivos. A adequação proposta tem o objetivo de colocar os executivos na faixa de acordo com seus escopos e complexidades de atuação.
Conselho de Administração	R\$2.464.000,00	R\$3.630.000,00	Ajuste proposto a partir do estudo de competitividade de remuneração dos conselheiros. A adequação proposta tem o objetivo de colocar os conselheiros na faixa de acordo com seus escopos.

Conselho Fiscal	R\$235.593,60	R\$292.572,00	Ajuste proposto a partir do estudo de competitividade de remuneração dos conselheiros. A adequação proposta tem o objetivo de anualizar a implementação do conselho fiscal e se aproximar da faixa de mercado.
Total Global	R\$17.917.449,35	R\$33.944.326,96	-

Adicionalmente, em observância ao disposto no artigo 13 da Resolução CVM 81, além da proposta de remuneração dos administradores, a Companhia apresenta as informações da seção 8 do Formulário de Referência no Anexo III desta Proposta da Administração.

GRUPO DE MODA SOMA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 10.285.590/0001-08

NIRE 33.3.0031538-1

Anexo I

Comentário dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia, nos termos da seção 2 do Formulário de Referência

(Para os fins do artigo 10, inciso III, da Resolução da CVM nº81/2022.)

(O anexo segue nas páginas seguintes)

(Restante da página intencionalmente em branco)

2. Comentários dos diretores

2.1 – Os diretores devem comentar sobre:

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Os diretores da Companhia apresentam neste item do Formulário de Referência informações que visam permitir aos investidores e ao mercado em geral analisar a situação da Companhia pela perspectiva da Administração. Abaixo discorrem, dentre outros aspectos, sobre fatos, tendências, compromissos ou eventos importantes que, impactam ou poderiam impactar as condições financeiras e patrimoniais da Companhia. As análises construídas com base nas demonstrações contábeis combinadas do Grupo Soma, que são de responsabilidade da Administração do Grupo Soma, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades do Grupo Soma, independentemente da disposição de sua estrutura societária. Vale ressaltar que a partir de abril de 2020, de março de 2021, e de setembro de 2021, a Companhia adquiriu a Maria Filó, a NV e a Cia. Hering, respectivamente, passando a consolidar seu balanço e seu resultado, o que impacta a comparabilidade entre os anos. Salientamos ainda que, para fins de melhor leitura deste documento, sempre que nos referimos à Companhia, nos referimos ao Grupo de Moda Soma S.A., e o termo “Grupo Soma” é usado para tratar as informações combinadas de suas 11 marcas para os períodos reportados, Animale, FARM, FARM Global, Fábula, Foxtton, Hering, Cris Barros, Maria Filó, NV, Off Premium e A.Brand, encerrada no terceiro trimestre de 2021.

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas no item 2 deste Formulário de Referência significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica, em nossas demonstrações contábeis ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

Os valores constantes deste item 2.1 foram extraídos das demonstrações contábeis consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

A Diretoria da Companhia entende que possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 2022, o Grupo SOMA atingiu receita bruta de R\$ 5.649,6 milhões, um aumento de 72,9% comparado a 2021. Este aumento decorre, principalmente, do crescimento das marcas que já estavam no portfólio da Companhia em 2021, de 36,0%, e da combinação de negócios com Hering, incorporada aos resultados em setembro de 2021.

A Companhia encerrou o ano de 2022 com uma base ativa total de 5,4 milhões de clientes, mais de 12 mil multímarcas ativas e um total de 1.094 lojas, sendo 358 lojas próprias e 736 franquias.

Analisando os indicadores que sustentaram o crescimento da receita em 2022, temos confiança para os próximos trimestres, uma vez que a base ativa de clientes e *same clients sales* continuam evoluindo de forma consistente. Novamente a FARM foi destaque de crescimento entre as marcas, atingindo receita bruta recorde de R\$ 1,2 bilhão em 2022, alta de 32,6% comparado a 2021 e relevante ganho de *market share*. Com apenas 89 lojas, entendemos que FARM tem alto potencial de crescimento no mercado brasileiro, sendo que nos últimos quatro anos mais que dobrou de tamanho, superando 820 mil clientes ativas. Em 2023, seguiremos com nosso plano de expansão física, buscando a abertura de novas lojas, em sua maioria com incentivos de *allowance* e menores custo de ocupação. Além disso, esperamos manter o seu ritmo de crescimento do atacado com melhoria de seu *same clients sales*.

A operação internacional da FARM, a FARM Global, que é um dos nossos principais vetores de crescimento, teve excepcional performance em 2022. A marca encerrou o ano com receita de USD 95,6 milhões, com forte crescimento de 80,7% comparado a 2021. Vale ressaltar que, ao final de 2022, divulgamos o desenho da nova estrutura societária da FARM Global, com a integralização da Soma *Brands International* na Suíça, em relação à qual esperamos que traga agilidade, robustez e eficiência para nossa expansão em cada uma das regiões geográficas citadas acima.

Outro destaque ao longo de 2022 foi a Animale, que entregou a maior receita bruta da sua história, atingindo R\$670,1 milhões, alta de 24,0% comparado a 2021, sem prejuízo dos desafios relacionados ao abastecimento das lojas no final do ano, em decorrência de atraso na entrega de produtos por fornecedores, impactando os resultados da marca no quarto trimestre de 2022. Adicionalmente, a NV segue evoluindo com expansão da marca de 56,4% em 2022 comparado a 2021.

Por fim, a cada dia que passa conhecemos melhor a Hering e temos mais confiança para atuar nas alavancas de eficiência operacional e fortalecimento da marca, as quais contribuíram para atingirmos receita recorde de R\$ 2,3 bilhões em 2022, alta de 26,1% comparado a 2021.

A Companhia segue com indicadores de liquidez em níveis saudáveis, considerando tanto o curto prazo quanto longo prazo ao comparamos 31 de dezembro de 2022 com 31 de dezembro de 2021. O índice de liquidez seca da Companhia (razão entre o ativo circulante líquido de estoques pelo passivo circulante) foi de 1,2x em 31 de dezembro de 2022 e de 1,2x em 31 de dezembro de 2021. O índice de liquidez geral da Companhia (razão entre ativo total e a soma do passivo circulante mais passivo não circulante), foi de 3,3x em 31 de dezembro de 2022 e de 3,5x em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2022, o índice de endividamento total (representado por passivo circulante acrescido do passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido) era de 0,44x. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$337,6 milhões e a dívida líquida (representada pela soma dos empréstimos a pagar, do passivo

circulante e não circulante, deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa) era de R\$580,3 milhões, com um índice de alavancagem financeira (compreende a dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido), de 0,08x. Em 31 de dezembro de 2021, o índice de endividamento total (representado por passivo circulante acrescido do passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido) era de 0,40x. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$224,0 milhões e a dívida líquida (representada pela soma dos empréstimos a pagar, do passivo circulante e não circulante, deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa) era de R\$ 560,1 milhões, com um índice de alavancagem financeira, (compreende a dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido), de 0,08x.

Vemos as variações dos indicadores em níveis saudáveis, em linha com o crescimento da receita bruta e da operação da Companhia.

(b) Estrutura de Capital

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender às demandas e necessidades das operações.

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido totalizava R\$ 7.404,9 milhões, a dívida bruta totalizava R\$ 917,5 milhões e o saldo de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 337,2 milhões, resultando em uma dívida líquida de R\$ 580,3 milhões.

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido totalizava R\$ 7.146,1 milhões, a dívida bruta totalizava R\$ 784,1 milhões e o saldo de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 224,0 milhões, resultando em uma dívida líquida de R\$ 560,1 milhões.

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em	
	31/12/2022	31/12/2021
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	3.226,3	2.862,3
Capital próprio (patrimônio líquido)	7.409,0	7.146,1
Capital total (terceiros + próprio)	10.635,3	10.008,4

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades. A Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, se necessário, considerando as mudanças e perspectivas para o cenário econômico.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria acredita que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos. Além disso, caso necessário, a Companhia detém linhas de créditos abertas com os principais bancos do país para suprir eventuais necessidades. Os índices de liquidez geral (representado pela divisão do ativo total pelo passivo total) e de liquidez corrente

(representado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) da Companhia em 31 de dezembro de 2022 foram, respectivamente, de 3,3x e 1,9x. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía o saldo de R\$ 917,5 milhões referente a empréstimos a pagar. Em 31 de dezembro de 2021 os índices foram, respectivamente, de 3,5x e 2,2x. A Companhia possuía o saldo de R\$ 784,7 milhões referente a empréstimos a pagar. Apesar da redução de liquidez e o aumento do saldo de dívidas em 2022 versus 2021, a Companhia se mantém em níveis saudáveis de endividamento, estando confortavelmente dentro dos ranges definidos nos covenants descritos no item 2.1.f(iv).

Adicionalmente, acreditamos que o relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha lhe permite o acesso a linhas de créditos adicionais, antecipação de recebíveis e ingresso no mercado de capitais brasileiro, na hipótese de haver necessidade.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) recebíveis de cartões de crédito; (ii) duplicatas a receber; e (iii) endividamento bancário de curto e longo prazos.

Essas fontes de financiamento são utilizadas pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operações referentes às suas atividades e negócios; (ii) pagamentos de fornecedores produtivos e alugueis; e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a administração da Companhia não vislumbra necessidade de recursos que não possam ser suportados com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia tem capacidade de captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta as informações dos contratos de empréstimo e financiamentos relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Consolidado (em milhões de R\$)		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
		2022	2021
Capital de giro em moeda nacional e estrangeira	(a)	103,1	189,7
Debêntures	(b)	828,4	613,8
Custos de empréstimos		(14,1)	(18,8)
TOTAL		917,5	784,7
Circulante		370,0	194,3
Não circulante		547,5	590,4

(a) Compreende captações realizadas na modalidade prevista na Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, com juros remuneratórios de CDI + 1,98%. A Companhia está protegida das oscilações das moedas estrangeiras através de swaps contratados no mesmo momento da captação, nos mesmos termos e prazos do contrato de empréstimo original. Os swaps são apresentados no balanço patrimonial dentro da rubrica de “Derivativos”. Os encargos financeiros médios equivalem a aproximadamente 115% da taxa CDI no consolidado. O prazo das operações varia entre 12 a 24 meses. Compreende também, o financiamento junto à FINEP no valor total de R\$ 47,4 milhões com juros remuneratórios de TJLP – 0,20%. Seu objetivo é custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação aprovado e disponibilizado pela FINEP. O valor de R\$ 47,4 milhões corresponde a 59,5% do total do financiamento acordado, sendo uma segunda parcela a ser disponibilizada mediante comprovação dos gastos da primeira parcela.

(b) A Companhia, em 28 de setembro de 2019, realizou a sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, em série única, no montante de R\$ 170.000 mil. As debêntures da primeira emissão têm prazo de vencimento de 4 anos contados da data de emissão, bem como remuneração de CDI + 2,20% a.a. Em 15 de setembro de 2021, a Companhia realizou a sua segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, em série única, no montante de R\$ 500.000 mil. As debêntures da segunda emissão têm prazo de vencimento de 4 anos contados da data de emissão, bem como remuneração de CDI + 2,72% a.a. Em 18 de março de 2022, a Companhia realizou a sua terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, em série única, no montante de R\$ 270.000 mil. As debêntures da terceira emissão têm prazo de vencimento de 4 anos contados da data de emissão, bem como remuneração de CDI + 2,10% a.a.

A abertura do saldo total em 31 de dezembro de 2022 apresentado acima por ano de vencimento é como segue:

Consolidado (em milhões de R\$)	Em 31 de dezembro de 2022
2023	378,4
2024	226,2

2025 em diante	312,8
Total	917,4

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os empréstimos e debêntures da Companhia estão garantidos por contas a receber de duplicatas no valor de R\$ 27,8 milhões e R\$ 31,3 milhões, respectivamente.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro e não têm outras transações relevantes de longo prazo com instituições financeiras além daquelas acima citadas.

A Diretoria da Companhia esclarece ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras estabelecidas têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão do negócio da Companhia. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2022 possui cláusulas específicas de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as suas dívidas é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

Assim, na hipótese de concurso universal de credores, o pagamento aos credores obedece à seguinte ordem: (i) créditos derivados da legislação do trabalho, (ii) créditos tributários – excetuadas as multas tributárias, (iii) créditos quirografários, (iv) multas contratuais e as (v) penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas – inclusive as multas tributárias e créditos subordinados.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Em suas emissões de debêntures, a Companhia e suas fiadoras sujeitaram-se às seguintes restrições, dentre outras:

- a) não constituir ônus ou gravames sobre os direitos cedidos no âmbito do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado entre Cidade Maravilhosa Indústria e Comércio de Roupas Ltda. e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.;
- b) não prestar quaisquer garantias, reais ou fidejussórias, inclusive por suas respectivas controladas em benefício de terceiros, exceto (i) a garantia seja prestada em favor da

Companhia, das fiadoras ou suas respectivas controladas; ou (ii) em caso de prestação de garantias a funcionários ou colaboradores, no curso ordinário de seus negócios, sendo que, nesse caso, o valor não deverá exceder individual ou agregadamente R\$ 1.000.000 (um milhão de reais) ou seu valor equivalente em moeda estrangeira;

- c) não constituir quaisquer ônus ou gravames, judiciais ou extrajudiciais, sobre ativos relevantes da Companhia ou das fiadoras, considerando-se como ativos relevantes aqueles cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior ou equivalente a 10% (dez por cento) do valor total do ativo permanente da Companhia, conforme verificado em suas últimas demonstrações financeiras, em reais ou seu equivalente em moeda estrangeira, exceto se previamente autorizado pelos debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- d) resgate ou amortização de ações, distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de distribuição, pela Companhia aos seus acionistas, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, caso esteja em descumprimento com qualquer obrigação prevista na escritura de emissão e/ou nos demais documentos relacionados à oferta de debêntures, conforme aplicável.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava em *compliance* com tais restrições.

Além disso, tendo em vista que a Companhia é parte em certos contratos financeiros, e considerando que certos contratos estabelecem vencimento antecipado em caso de alteração na composição do capital social da Companhia, a Companhia está sujeita à aprovação por parte dos credores para alteração de seu capital social. A Companhia obteve *wavier* dos respectivos credores em relação a tais dispositivos para a realização de sua oferta pública de distribuição de ações.

Por fim, as debêntures preveem cláusulas restritivas (*covenants*), pelas quais a dívida líquida da Companhia deve ser igual ou inferior a 2x o EBITDA e o EBITDA deve ser igual ou superior a 2,5x o resultado financeiro da Companhia. Os *covenants* devem ser medidos a cada fechamento de 31 de dezembro. A Companhia cumpriu em 31 de dezembro de 2022 os *covenants* estabelecidos nos contratos, apresentando o indicador dívida líquida/EBITDA igual a -0,31x e o indicador EBITDA/resultado financeiro igual a 4,34.

(g) Limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia dispõe de financiamento junto à FINEP no valor total de R\$ 79,6 milhões com o objetivo de custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação aprovado e disponibilizado pela FINEP. Até 31 de dezembro de 2022, foi disponibilizado o valor de R\$ 47,4 milhões, correspondentes a 59,5% do total do financiamento.

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2022	AV	2021	AV	AH
Receita líquida	4.870,5	100%	2.791,7	100%	74,5%
Custos das mercadorias e produtos vendidos	(2.110,4)	43,3%	(1.173,2)	42%	79,9%
Lucro bruto	2.760,1	56,7%	1.618,5	58%	70,5%
Despesas gerais e administrativas	(598,8)	12,3%	(365,5)	13,1%	63,8%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(95,6)	2,0%	(65,2)	2,3%	46,6%
Despesas operacionais	(1.618,9)	33,2%	(988)	35,4%	63,9%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social	446,8	9,2%	199,7	7,2%	123,7%
Resultado financeiro, líquido	(163,3)	3,4%	(19,8)	0,7%	725,3%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	283,5	5,8%	180	6,4%	57,5%
Imposto de renda e contribuição social	51,7	1,1%	119,8	4,3%	-56,9%
Lucro (prejuízo) do exercício	335,2	6,9%	299,8	10,7%	11,8%

Receita líquida

Receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$4.870,5 milhões comparativamente a R\$2.791,7 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$2.078,8 milhões ou 74,5%. Este aumento é atribuído substancialmente à combinação de negócios com Hering em setembro de 2021, apresentando uma receita líquida expressiva no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Custos das mercadorias e produtos vendidos

Os custos das mercadorias e produtos vendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$2.110,4 milhões comparativamente a R\$1.173,24 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$937,2 milhões ou 79,9%. Os custos das mercadorias e produtos vendidos representava 43,3% e 42,0% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Esse aumento está associado ao crescimento orgânico da operação da Companhia, juntamente à combinação de negócios com Hering em setembro de 2021, em linha com o aumento da receita bruta entre os exercícios de 2022 e 2021.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$2.760,1 milhões comparativamente a R\$1.618,5 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$1.141,6 milhões ou 70,5%. Lucro bruto representou 56,7% e 58% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente à maior participação do *sell-in*, receitas de vendas para franquias e para o atacado, no ano de 2022.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$598,8 milhões comparativamente a R\$365,5 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$233,3 milhões ou 63,8%. Despesas gerais e administrativas representaram 12,3% e 13,1% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Este aumento é decorrente principalmente da decisão da Companhia em ampliar seus gastos em marketing e mídia, de forma a alavancar suas vendas e contribuir no fortalecimento e melhor posicionamento de suas marcas.

Despesas operacionais

Despesas operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$1.618,9 milhões comparativamente a R\$988 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$630,9 milhões ou 63,9%. Despesas operacionais representaram 33,2% e 35,4% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Este aumento é atribuído, principalmente, a aumentos do quadro de

peçoal ligados à organização de marcas e corporativo, permitindo uma maior estruturação de departamentos-chave para a Companhia e criando as bases para um futuro ganho de escala.

Resultado financeiro, líquido

Despesa financeira líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$163,4 milhões comparativamente a R\$19,8 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$143,6 milhões ou 727%. Despesa financeira líquida representou 3,4% e 0,7% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a constituição de AVP no Grupo de Moda Soma, além dos juros sobre financiamentos obtidos pela Companhia ao longo do exercício.

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$283,4 milhões comparativamente a R\$179,9 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$103,5 milhões ou 57,5%. Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social representou 5,8% e 6,4% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 respectivamente.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$51,7 milhões comparativamente a R\$119,8 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$68,1 milhões ou 56,9%. Imposto de renda e contribuição social representou 1,1% e 4,3% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. A variação decorre majoritariamente do reconhecimento, em 2021, de créditos tributários no valor de R\$ 94.107, correspondentes ao IR e CSLL pagos sobre a correção Selic de processos ganhos e reconhecidos em anos anteriores.

Lucro (prejuízo) do exercício

Lucro (prejuízo) do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$335,1 milhões comparativamente a R\$299,8 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$35,3 milhões ou 11,8%. Lucro (prejuízo) do exercício representou 6,9% e 10,7% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em
----------------------------	-------------------------------

	2022	AV	2021	AV	AH
ATIVO					
Circulante	3.338,3	31,4%	2.799,0	28,0%	19,3%
Caixa e equivalentes de caixa	337,6	3,2%	224,0	2,2%	50,7%
Contas a receber	1.345,8	12,7%	1.211,7	12,1%	11,1%
Estoques	1.207,6	11,4%	931,0	9,3%	29,7%
Tributos a recuperar	315,2	3,0%	312,3	3,1%	0,9%
Derivativos	-	0,0%	1,9	0,0%	-100,0%
Adiantamento a fornecedores	90,9	0,9%	87,8	0,9%	3,5%
Outros ativos	41,2	0,4%	30,3	0,3%	36,0%
Não Circulante	7.299,7	68,6%	7.209,4	72,0%	1,3%
TVM	11,1	0,1%	11,1	0,1%	0,0%
Contas a receber	0,5	0,0%	0,9	0,0%	-44,4%
Depósitos judiciais	45,5	0,4%	54,6	0,5%	-16,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	323,1	3,0%	287,3	2,9%	12,5%
Tributos a recuperar	495,3	4,7%	457,0	4,6%	8,4%
Investimentos	-	0,0%	4,2	0,0%	-100,0%
Imobilizado	832,9	7,8%	836,6	8,4%	-0,4%
Intangível	5.331,6	50,1%	5.307,6	53,0%	0,5%
Direito de uso de imóveis	257,3	2,4%	247,5	2,5%	4,0%
Outros ativos	2,4	0,0%	2,7	0,0%	-11,1%
Total do Ativo	10.638,0	100,0%	10.008,4	100,0%	6,3%
PASSIVO					
Circulante	1.727,5	16,2%	1.264,7	12,6%	36,6%

Fornecedores e aluguéis a pagar	604,8	5,7%	466,3	4,7%	29,7%
Obrigações decorrentes de compra de merc. e serv.	189,6	1,8%	120,0	1,2%	58,0%
Arrendamento a pagar	76,6	0,7%	72,4	0,7%	5,8%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	370,0	3,5%	194,3	1,9%	90,4%
Salários e encargos a pagar	144,2	1,4%	125,4	1,3%	15,0%
Contas a pagar combinação de negócios	22,3	0,2%	22,3	0,2%	0,0%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	79,6	0,7%	72,0	0,7%	10,6%
Tributos a recolher	95,1	0,9%	64,6	0,6%	47,2%
Derivativos	0,4	0,0%	1,3	0,0%	-69,2%
Outros	144,9	1,4%	126,1	1,3%	14,9%
Passivo não circulante	1.505,6	14,2%	1.597,6	16,0%	-5,8%
Arrendamento a pagar	210,3	2,0%	202,9	2,0%	3,6%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	547,5	5,1%	590,4	5,9%	-7,3%
Tributos a recolher	8,4	0,1%	13,2	0,1%	-36,4%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	249,1	2,3%	322,3	3,2%	-22,7%
Provisão para contingências	360,8	3,4%	316,6	3,2%	14,0%
Contas a pagar combinação de negócios	96,1	0,9%	118,9	1,2%	-19,2%
Outros	33,4	0,3%	33,3	0,3%	0,3%
Total do passivo	1.822,6	100,0%	1.329,3	100,0%	27,1%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	4.047,1	38,0%	4.047,1	40,4%	0,0%
Ajuste de avaliação patrimonial	(12,4)	0,1%	(9,3)	0,1%	33,3%

Reservas de capital	2.886,0	27,1%	2.879,7	28,8%	0,2%
Reservas de lucros	484,2	4,6%	228,6	2,3%	111,8%
Total do Patrimônio Líquido	7.404,9	0,0%	7.146,1	0,0%	3,6%
Total do passivo e patrimônio líquido	10.638,0	100,0%	10.008,4	100,0%	6,3%

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo circulante era de R\$ 3.338,3 milhões, em comparação com R\$ 2.799,0 milhões em 31 de dezembro de 2021. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 31,4% em 31 de dezembro de 2022 e 28,0% em 31 de dezembro de 2021. Este aumento de R\$ 539,3 milhões ou 19,3% decorreu principalmente, em função do aumento do contas a receber e dos estoques, impulsionados pelas vendas do quarto trimestre de 2022 e pelas expectativas de vendas para o primeiro trimestre de 2023, respectivamente.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo não circulante era de R\$ 7.299,7 milhões, em comparação com R\$ 7.209,4 milhões em 31 de dezembro de 2021. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 68,6% em 31 de dezembro de 2022 e 72,0% em 31 de dezembro de 2021. Este aumento de R\$ 90,3 milhões ou 1,3% decorreu basicamente, pelo aumento de tributos diferidos ativos e crescimento dos tributos a recuperar. Parte desse crescimento tem relação com o prejuízo fiscal e com a operação da Companhia no exterior.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo circulante era de R\$ 1.727,5 milhões, em comparação com R\$ 1.264,7 milhões em 31 de dezembro de 2021. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 16,2% em 31 de dezembro de 2022 e 12,6% em 31 de dezembro de 2021. Este aumento de R\$ 462,8 milhões ou 36,6% decorreu principalmente, em função das captações de empréstimos ao longo do exercício e do crescimento de contas a pagar a fornecedores, em linha com o crescimento da operação da Companhia.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo não circulante era de R\$ 1.505,6 milhões, em comparação com R\$ 1.597,6 milhões em 31 de dezembro de 2021. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 14,2% em 31 de dezembro de 2022 de 16,0% em 31 de dezembro de 2021. Esta redução, de R\$ 92,0 milhões ou 5,8% decorreu basicamente, em função da amortização dos tributos sobre a mais-valia da Hering, além da transferência de parcela de combinações de negócios para o passivo circulante, em função da aquisição da ByNV.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido era de R\$ 7.404,9 milhões, em comparação com R\$ 7.146,1 milhões em 31 de dezembro de 2021. Esta variação, de R\$ 258,8 milhões ou 3,6%, deu-se por conta do resultado do exercício e suas destinações.

FLUXO DE CAIXA

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

(em R\$ milhões)	No exercício social encerrado em	
	2022	2021
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	423,3	(25,9)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	232,4	1.599,7
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	(77,4)	1.142,8
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	113,5	(482,7)

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$423,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado um caixa líquido aplicado nas atividades operacionais de R\$25,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento de R\$449,2 milhões, ou 1.734%, decorre da aquisição de novas marcas e do crescimento orgânico das operações da Companhia como um todo, comparado com os exercícios anteriores.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$232,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$1.599,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Essa redução de R\$1.367,2 milhões, ou 85%, é decorrente principalmente da aquisição de imobilizado e intangível e das controladas ByNV e Hering em 2021.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$77,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a um caixa líquido gerado nas atividades de financiamento de R\$1.142,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Essa redução de R\$1.220,2 milhões, ou 107%, é justificada principalmente pelo aumento de capital devido à oferta pública de distribuição subsequente de ações (*follow-on*) parcialmente compensado pela combinação de negócios com a controlada Hering em 2021.

2.2 – Resultados operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida de vendas da Companhia é composta, principalmente, pela venda de peças de vestuário e acessórios. A Administração da Companhia analisa os componentes da receita líquida de vendas sob dois aspectos:

- Marcas: Animale, FARM, FARM Global, NV, Hering, Cris Barros, Maria Filó, Fábula, Foxton, Off Premium.
- Canais de venda: varejo (físico e digital), atacado e franquias. O canal de varejo considera as vendas físicas nas lojas próprias e as vendas via e-commerce para o consumidor final. O canal de atacado consiste na venda de peças de vestuários e acessórios a varejistas multimarcas espalhadas pelo Brasil e no caso da FARM Global, pelos Estados Unidos e Europa. O canal de franquias consiste na venda de peças de vestuários e acessórios a franqueados, basicamente, da Hering.

A receita bruta da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 5.649,6 milhões e de R\$3.268,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

A receita líquida da Companhia decorre da receita bruta de vendas, deduzida de impostos, devoluções e cancelamentos. Sobre as vendas da Companhia incidem tributos federais, como o PIS, à alíquota de 1,65%, e COFINS, de 7,6%. Ademais incide o ICMS, imposto estadual sobre a receita bruta de vendas, cuja alíquota varia de 4% a 20%.

A Companhia se beneficia de alguns incentivos fiscais nos Estados de São Paulo, Espírito Santo, Goiás e Rio de Janeiro, sendo o mais relevante o incentivo fiscal no estado do Rio de Janeiro, denominado Lei da Moda, segundo o qual, a alíquota de ICMS devida é de 2,5% sobre o custo de produção.

Adicionalmente, a receita da Companhia é impactada (i) pelo custo de mercadorias vendidas, que compreende os gastos envolvidos na produção e armazenamento dos produtos até que sejam vendidos; (ii) despesas comerciais, gerais e administrativas, que são compostas por despesas com pessoal, ocupação, serviços de terceiros, marketing, fretes, embalagens diretamente relacionadas à atividade comercial e outras (provisões para créditos de liquidação duvidosa e contingências fiscais, cíveis e trabalhistas); e (iii) outras receitas e despesas operacionais, que são compostas por incentivos de longo prazo e comissão de cartão de crédito. Para informações adicionais acerca das despesas operacionais da Companhia, veja o item 2.11.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

A Companhia está inserida no segmento varejo de moda e suas operações consistem majoritariamente na confecção e fabricação de peças de vestuário e acessórios e venda de tais produtos. Os resultados operacionais da Companhia são afetados pelos seguintes fatores:

Custo dos produtos vendidos correspondem, principalmente, ao custo de matéria prima, tais como algodão, utilizadas em sua fábrica, bem como aviamentos, serviços de confecção contratados junto a terceiros. Além disso, custos incorridos com a compra de vestuários e acessórios para revenda compõe o custo de produtos vendidos em menor proporção. Por se tratar de uma commodities o preço do algodão varia de acordo com condições de mercado, bem como, a flutuação da taxa do câmbio do dólar. A depreciação do real em relação à moeda norte-americana pode afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

- i. Crescimento real do Produto Interno Bruto e poder de compra dos consumidores: A indústria de varejo é sensível a variações no poder de compra dos consumidores. Indicadores como o PIB, que nos períodos findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresentou variação de 2,9% e 4,6%, respectivamente, e a taxa média anual de desemprego, que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente, apresentou-se em 9,3% e 13,2%.
- ii. Inflação: Podemos perceber o seu impacto principalmente em nossas despesas, como salários, contratos de aluguéis e matérias de consumo, que em sua maioria, são reajustados anualmente com índices atrelados ao IPCA ou IGPM. A inflação (IPCA) apresentou variação de 5,79% e 10,06% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.
- iii. Comportamento de compra do consumidor: A Companhia avalia constantemente quais são as demandas de seus clientes e quais tendências podem refletir em possíveis mudanças de comportamento de compra. Realizamos pesquisas de tendências, inovações e satisfação com nossos consumidores e potenciais consumidores também para entender onde podemos melhorar nossa oferta de produtos e o serviço que prestamos para continuar entregando excelência na experiência de compra.
- iv. Sazonalidade: A indústria da moda é sensível às estações do ano e às tendências da moda. As marcas da Companhia estão sujeitas à sazonalidade, com trimestres bem distintos, principalmente o quarto trimestre do ano. Os maiores faturamentos do varejo e e-commerce ocorrem nos meses de maio, junho, novembro e dezembro, impactados pelo Dia das Mães, Dia dos Namorados, *Black Friday* e Natal, respectivamente. Outro fator que influencia a sazonalidade são as trocas de coleções de janeiro e julho.

Outro ponto relevante são as liquidações que geram um aumento nas vendas, porém podem trazer uma diminuição na margem bruta, uma vez que a Companhia comercializa produtos com descontos em relação aos preços praticados logo após o lançamento das

coleções. Desta forma, os resultados das operações variam de acordo com o trimestre, dependendo do volume de vendas no período de promoção.

- v. Clima: O varejo de moda é suscetível às condições climáticas, especialmente durante os meses de inverno. Por exemplo, durante esta estação períodos prolongados de temperaturas mais altas podem deixar uma parte de nosso estoque incompatível com tais condições inesperadas. Desta forma, períodos de clima alterado podem levar a Companhia a comercializar o excesso de estoques com descontos de preços, reduzindo assim nossas margens.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia busca desenvolver os seus produtos seguindo as tendências de moda que estão constantemente mudando. Dessa forma a Companhia, bem como o segmento de moda, tem nos seus produtos, ciclos de vida curtos, com alterações que dificultam a comparação de preços de um período para outro. Dessa forma, não se pode atribuir à inflação um impacto relevante no crescimento da receita de vendas de mercadoria. Além disso, A Companhia está protegida das oscilações das moedas estrangeiras através de swaps contratados no mesmo momento da captação, nos mesmos termos e prazos do contrato de empréstimo original.

A política de preços da Companhia é fortemente associada ao poder de compra dos consumidores e aos preços praticados pela nossa concorrência. Sendo assim, variações na taxa de câmbio não necessariamente refletem em ajustes de preços ou variações na receita. Historicamente temos sido capazes de repassar para os nossos clientes variações positivas ou negativas nos custos de nossos produtos. Contudo, não podemos assegurar que iremos conseguir continuar a fazê-lo.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia, bem como o segmento de moda, tem nos seus produtos, ciclos de vida curtos, com alterações que dificultam tanto a comparação de preços como a comparação de custos de mercadorias vendidas de um período para outro. Ainda que a taxa de inflação possa sensibilizar os custos da Companhia, a administração busca mitigar estes impactos ao longo da cadeia de fornecimento.

A taxa de câmbio pode impactar nossos custos, uma vez que a Companhia importa produtos e insumos (matérias-primas) em moedas internacionais. A fim de mitigar tais impactos, a Companhia possui uma política de hedge cambial, para proteção contra a volatilidade do câmbio.

2.3 – Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Durante o exercício de 2022 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2022:

Pronunciamento	Alteração
CPC 15/IFRS 3 – Combinação de Negócios	Referência à Estrutura Conceitual
CPC 27/IAS 16 – Ativo Imobilizado	Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido
CPC 25/IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Contrato oneroso - custo de cumprimento do contrato
Melhoras anuais ciclo 2018-2020	Alterações diversas no IFRS 1, IFRS9, IFRS 16 e IAS 41

As alterações não trouxeram efeitos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia.

Adicionalmente, o *International Accounting Standards Board* (IASB) trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência nos próximos exercícios com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC:

Pronunciamento	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 23/IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Implementação CPC 50/IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 32/IAS 12	Alterações relativas ao imposto diferido sobre arrendamentos e obrigações de descomissionamento	01/01/2023
Alterações ao CPC 26(R1)/IAS1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes, Classificação de Dívidas com Covenants e Divulgação de Políticas Contábeis Materiais	01/01/2024
Alterações ao CPC 06/IFRS 16	Esclarecimento como um vendedor-arrendatário avalia subsequentemente as transações de venda e relocação	01/01/2024

Alterações ao CPC 36(R3)/ IFRS
10 e ao CPC 18(R2)/ IAS 28

Venda ou Constituição de Ativos
entre um Investidor e sua Coligada
ou “Joint Venture”

Postergada indefinidamente

A administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais pronunciamentos possam ter em suas demonstrações contábeis, na medida que os normativos estiverem regulamentados.

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve opiniões modificadas ou ênfases no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.4 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 2.1(h) deste Formulário de Referência.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 - Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA e Margem EBITDA

(Em milhões de reais)	Exercício social encerrado em	
	2022	2021
EBITDA	709	342,0
Margem EBITDA	14,6	12,2%

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156/2022 (“Resolução CVM 156”).

O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) ou com *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) e não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Resolução CVM 156.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

(Em milhões de reais)	Em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Dívida Bruta	917,9	784,1
Dívida Líquida	590,3	560,1

A Dívida Bruta equivale ao total da soma dos empréstimos a pagar (circulante e não circulante). A Dívida Líquida equivale ao total da Dívida Bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa.

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas em BR GAAP nem em IFRS, e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

(b) Fazer a conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

(Em milhões de reais)	Exercício social encerrado em	
	31/12/2022	31/12/2021
Resultado líquido do exercício	335,2	294,7
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	(51,7)	(158,3)
(+) Resultado financeiro, líquido	163,4	(5,8)
(+) Depreciação e amortização	262,1	196,8
EBITDA	709,0	327,4
Receita operacional líquida	4.870,5	3.671,8
Margem EBITDA	14,6%	8,9%

Dívida Bruta e Dívida Líquida

(Em milhões de reais)	Em 31 de dezembro de
-----------------------	----------------------

	2022	2021
Dívida Bruta	917,9	784,1
(-) Caixa e equivalente de caixa	(337,6)	(224,0)
Dívida Líquida	580,3	560,1

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e Margem EBITDA

A Companhia entende que o EBITDA e, conseqüentemente, a Margem EBITDA são mais apropriados para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações porque mostram o verdadeiro lucro contábil a partir das atividades genuinamente ligadas ao seu objeto social, sendo usados internamente como medidas para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA e a Margem EBITDA oferecem aos investidores uma melhor compreensão da sua capacidade de cumprir com suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Dívida Bruta compreende as obrigações onerosas da Companhia: empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos. A Dívida Líquida representa a Dívida Bruta da Companhia reduzida do caixa e equivalentes de caixa. A Companhia entende que a Dívida Líquida é útil na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa e a sua capacidade de geração de caixa operacional. Para mais informações sobre os contratos financeiros celebrados pela Companhia, veja o item 2.1(f) deste Formulário de Referência.

2.6 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Segue abaixo a descrição do evento subsequente reportado nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

“No dia 8 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos temas 881 e 885 no sentido da perda dos efeitos de decisões individuais transitadas em julgado, a partir de mudança posterior de entendimento da corte, em questões tributárias. Analisamos as decisões individuais transitadas em julgado, e não identificamos nenhum caso em que tenha havido modificação do entendimento pelo Supremo Tribunal Federal posteriormente, em controle de constitucionalidade.”

2.7 - Política de destinação dos resultados

	2022
a. Regras sobre retenção de lucros	<p>Conforme previsto no estatuto social da Companhia (“Estatuto Social”), após realizadas as deduções de eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social, o lucro líquido deverá ser alocado da seguinte forma: (a) 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia; (b) uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”); (c) poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório; (d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item (f) abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; (e) uma parcela não superior à diferença entre (i) 75% do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (incluindo, portanto, eventual destinação de parcela do lucro líquido para constituição de reserva para contingências) e (ii) a reserva indicada no item (c) acima, poderá ser destinada à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro da Companhia, ficando ressalvado que o saldo acumulado desta reserva não poderá ultrapassar 100% do capital social da Companhia; e (f) o saldo remanescente será distribuído aos acionistas como dividendos, assegurada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.</p>
a.i. Valores das retenções de lucros	<p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R\$335.187.889,42, sendo proposta pela administração da Companhia a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia da seguinte destinação: (i) R\$16.759.394,46 a ser destinado à reserva legal; e (ii) o restante do lucro, no montante de R\$ 318.428.494,81 a ser destinado (a) à distribuição de dividendos aos acionistas, no montante de R\$ 79.607.123,70; e (b) à formação de reserva para investimentos e capital de giro, prevista no Estatuto Social, no montante de R\$ 238.821.371,11.</p>

	2022
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	A proposta da administração, submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, contempla a destinação dos seguintes percentuais do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022: 5,0% à reserva legal; 23,8% a título de dividendos; e 71,3% à formação de reserva para investimentos e capital de giro.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A prática de distribuição de dividendos da Companhia segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia, exceto com relação à restrição de distribuição de dividendos em montante superior ao mínimo obrigatório, caso a Companhia esteja em descumprimento das suas obrigações previstas em seus contratos financeiros. Para mais informações acerca de tal restrição, veja o item 2.1.f(iv) acima.
e. Política de destinação de resultados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, sendo aplicável o disposto no Estatuto Social vigente à época e na Lei das Sociedades por Ações.

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(iii) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.10 - Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado e intangível somaram R\$ 98,7 milhões e R\$ 110,8 milhões respectivamente, incluindo os investimentos para abertura de novas lojas, assim como investimentos em sistemas e tecnologia.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Historicamente, os investimentos realizados pela Companhia são financiados pela geração de caixa operacional e, sempre que necessário, por realização de empréstimos junto a terceiros.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 2022 a Companhia efetuou o distrato de operações com a marca LAUF.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

De acordo com a Política de Sustentabilidade da Companhia (disponível em <<https://www.somagrupo.com.br/investidores/estatuto-codigos-e-politicas/>>), o planejamento estratégico, a matriz e modelagem de risco, os planos de negócios e de investimentos (e desinvestimento) da Companhia, bem como suas estratégias de implantação, devem considerar, entre outros aspectos, os impactos e fatores ASG de suas atividades, levando em conta seus efeitos no curto, médio e longo prazos, utilizando-se para tanto de instrumentos, práticas e auditorias que permitam a avaliação de riscos reais ou potenciais ligados à sustentabilidade.

Assim, além do resultado das marcas e da geração de valor financeiro, a Companhia sustenta-se em frentes como:

- pessoas de alta performance, felizes, bem remuneradas e alinhadas à cultura desejada (ODS 3, 5, 8, 10, 16, 17);
- produto como diferencial – incluindo inovação para circularidade e uso de matérias-primas responsáveis (ODS 6, 7, 9, 12, 13, 14, 15, 17);
- cadeia produtiva sólida (ODS 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17);
- tecnologia e inovação como core da evolução do negócio (ODS 9, 12, 17);
- modelo de gestão ágil e profissional (ODS 8, 9, 17);
- sustentabilidade, diversidade, equidade e inclusão (ODS 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17).

As marcas do Grupo SOMA também trazem os aspectos ASG como um pilar de seus respectivos posicionamentos especificamente, conforme também institucionalizado em sua Política de Sustentabilidade.

Neste sentido, as oportunidades identificadas no plano de negócios são relacionadas:

- (i) à expansão de projetos importantes para as marcas, como o “Mil Árvores por Dia, todos os Dias”, da FARM, o compromisso “Equidade é Prioridade”, da Animale, e a camiseta carbono neutro da Hering, por exemplo e;
- (ii) à execução de projetos estruturantes, como a neutralização do carbono, troca de maquinários para ecoeficiência na indústria e incentivos para desenvolvimento da cadeia de valor.

Estes projetos mencionados nos itens (i) e (ii) são contextualizados pela estratégia ASG da Companhia disponibilizada no Relatório Anual 2021 da Companhia (disponível em <https://www.somagrupo.com.br/investidores/relatorios-anuais/>), página 31.

Objetivando tornar-se uma referência nas práticas ASG, o Grupo SOMA tem como direcionadores os principais índices reconhecidos pelo mercado, como o Sistema B, ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) e ITM (Índice de Transparência da Moda). Com base em tais metodologias, a Companhia faz o seu diagnóstico, reconhece as boas práticas e desenha planos de ação para melhoria contínua.

Em dezembro de 2021, a Hering se tornou uma empresa “B Certificada” e se juntou ao grupo de negócios que possuem boas práticas na sua relação com a comunidade, clientes, meio ambiente, governança e trabalhadores. Até o final do ano de 2021, somente 213 empresas no Brasil tinham sido auditadas e aprovadas nos critérios da organização denominada Sistema B. As informações sobre o tema encontram-se públicas no diretório: <https://www.bcorporation.net/find-a-b-corp/company/cia-hering>.

Em 2023, a Companhia segue adotando as mesmas práticas que busquem avanços nos temas ASG, para que, oportunamente, receba a certificação para as demais marcas.

2.11 - Outros fatores com influência relevante

Segue quadro com destaque para as despesas operacionais da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Pessoal	(315.322)	(249.728)	(804.569)	(539.301)
Ocupação	(103.015)	(72.876)	(147.804)	(90.883)
Serviços de terceiros	(43.292)	(41.263)	(332.098)	(180.368)
Propaganda e publicidade	(109.082)	(101.312)	(346.094)	(218.804)
Fretes e embalagens	(51.407)	(42.077)	(166.954)	(96.152)
Depreciação e amortização	(21.398)	(14.809)	(144.853)	(60.389)
Amortização - IFRS 16	(45.917)	(51.539)	(86.310)	(71.848)
Comissão de cartão de crédito	(37.612)	(25.068)	(52.257)	(27.478)
Remuneração baseada em ações	(12.331)	-	(12.331)	-
Outros	(21.489)	(31.828)	(220.014)	(133.742)
	(760.865)	(630.500)	(2.313.284)	(1.418.965)

GRUPO DE MODA SOMA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 10.285.590/0001-08

NIRE 33.3.0031538-1

Anexo II

**Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício Social
Encerrado em 31 de dezembro de 2022**

(Para os fins do artigo 10, parágrafo único, inciso II, da Resolução da CVM nº 81/2022.)

(O anexo segue nas páginas seguintes)

(Restante da página intencionalmente em branco)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$335.187.889,27.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio, já declarados

Data da declaração	Remuneração	Tipos de ações	Montante global (R\$)	Valor por ação (R\$)	Data pagamento
28/04/2023	Dividendos	Ordinárias ⁽¹⁾	79.607.123,70	0,101442995 ⁽²⁾	Até 28/06/2023

⁽¹⁾ O capital social da Companhia é integralmente representado por ações ordinárias.

⁽²⁾ Sujeito a alteração, em caso de alteração da quantidade de ações de emissão da Companhia e da quantidade de ações eventualmente mantidas em tesouraria pela Companhia até a data da Assembleia Geral Ordinária.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

O percentual do lucro líquido do exercício distribuído é de 25% do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, ajustado após a constituição da reserva legal.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve qualquer distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio, já declarados

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Data declaração	Remuneração	Tipos de ações	Montante global (R\$)	Valor por ação (R\$)
28/04/2023	Dividendos	Ordinárias ⁽¹⁾	79.607.123,70 ⁽²⁾	0,101442995 ⁽²⁾

⁽¹⁾ O capital social da Companhia é integralmente representado por ações ordinárias.

⁽²⁾ Sujeito a alteração, em caso de alteração da quantidade de ações de emissão da Companhia e da quantidade de ações eventualmente mantidas em tesouraria pela Companhia até a data da Assembleia Geral Ordinária.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

A administração da Companhia propõe que os dividendos a serem declarados na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28 de abril de 2023 (“Assembleia”) sejam pagos à vista até o dia 28 de junho de 2023.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável, tendo em vista que os dividendos a serem declarados na Assembleia não estarão sujeitos à incidência de atualização monetária ou juros.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Os dividendos, caso aprovados pela Assembleia, serão pagos de acordo com as posições acionárias existentes no encerramento do pregão da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão do dia 28 de abril de 2023 (data-base), respeitadas as negociações realizadas até esse dia, inclusive. As ações de emissão da Companhia serão negociadas “ex-dividendos” a partir do dia 2 de maio de 2023, inclusive.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio, já declarados

Não aplicável, tendo em vista que não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável, tendo em vista que não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Vide tabela apresentada no item 7(b) abaixo.

b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	Valor por ação do lucro líquido⁽²⁾	Valor por ação dos dividendos⁽²⁾	Valor por ação dos juros sobre capital	Remuneração total distribuída
------------------	--	--	---	--------------------------------------

			próprio⁽²⁾	
2022 ⁽¹⁾	0,427128399	0,101442995	-	0,101442995
2021	0,382021509	0,090730108	-	0,090730108
2020	(0,147346233)	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
2019	9,453788659	5,876345996	-	5,876345996

(1) Considera a proposta de declaração de dividendos a ser submetida à Assembleia.

(2) O capital social da Companhia é integralmente representado por ações ordinárias.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

O valor destinado para reserva legal é R\$16.759.394,46.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

De acordo com o estatuto social da Companhia (“**Estatuto Social**”), a reserva legal é constituída de 5% do lucro líquido do exercício social, até que atinja seu limite legal.

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimo:

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui ações preferenciais.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui ações preferenciais.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui ações preferenciais.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui ações preferenciais.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo previsto no estatuto:

Aos titulares de ações são atribuídos, em cada exercício, dividendos ou juros sobre capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável, tendo em vista que a administração da Companhia não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido a situação financeira da Companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável, tendo em vista que a administração da Companhia não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável, tendo em vista que a administração da Companhia não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável, tendo em vista que a administração da Companhia não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

a. Identificar o montante destinado a reserva

Não aplicável, tendo em vista que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para reserva de contingências.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável, tendo em vista que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para reserva de contingências.

c. Explicar por que a perda foi considerada provável

Não aplicável, tendo em vista que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para reserva de contingências.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável, tendo em vista que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a. Informar o montante destinado à reserva de lucro a realizar

Não aplicável, tendo em vista que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva

Não aplicável, tendo em vista que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reserva estatutária:

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O artigo 34 do Estatuto Social prevê que:

“Artigo 34. Após realizadas as deduções contempladas no Artigo acima, o lucro líquido deverá ser alocado da seguinte forma: (a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia; (b) uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.; (c) poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório; (d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item (f) abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das S.A.; (e) uma parcela não superior à diferença entre (i) 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das S.A. (incluindo, portanto, eventual destinação de parcela do lucro líquido para constituição de reserva para contingências) e (ii) a reserva indicada no item (c) acima, poderá ser destinada à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro da Companhia, ficando ressalvado que o saldo acumulado desta reserva não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social da Companhia; e (f) o saldo remanescente será distribuído aos acionistas como

dividendos, assegurada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das S.A.” (destaques adicionados)

b. Identificar o montante destinado à reserva

R\$238.821.371,11.

c. Descrever como o montante foi calculado

Após a destinação à reserva legal e à distribuição de dividendos, conforme descrito nos itens 8 e 10 acima, a parcela remanescente do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi destinada à reserva estatutária.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a. Identificar o montante de retenção

Não aplicável, tendo em vista que a administração da Companhia não está propondo a retenção de lucros com base em orçamento de capital.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável, tendo em vista que a administração da Companhia não está propondo a retenção de lucros com base em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável, tendo em vista que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável, tendo em vista que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

GRUPO DE MODA SOMA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 10.285.590/0001-08

NIRE 33.3.0031538-1

Anexo III

**Informações sobre a remuneração dos administradores, nos termos da seção 8 do
Formulário de Referência**

(Para os fins do artigo 13, inciso II, da Resolução da CVM nº 81/2022.)

(O anexo segue nas páginas seguintes)

(Restante da página intencionalmente em branco)

8. Remuneração dos administradores

8.1 - Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política da Remuneração de Administradores (“Política de Remuneração”), a qual foi formalmente aprovada em 1º de julho de 2020 em reunião de Conselho de Administração, e que pode ser consultada no website da CVM (www.cvm.gov.br), em seu website e fisicamente na sede da Companhia.

A Política de Remuneração tem por objetivo fazer com que a remuneração dos Administradores seja uma ferramenta efetiva de atração, motivação e retenção dos melhores profissionais do mercado para administração da Companhia.

Cabe à Assembleia Geral de acionistas fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado.

A estrutura de incentivos dos Diretores, estatutários ou não-estatutários, deve estar alinhada aos limites de risco definidos pelo Conselho de Administração, sendo vedado que uma mesma pessoa controle o processo decisório e sua respectiva fiscalização. Ninguém deve deliberar sua própria remuneração.

A Política de Remuneração para seus administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, os Diretores estatutários e não estatutários, Membros dos Comitês, e os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, é coerente com as melhores práticas existentes no mercado. Sempre buscando aumentar sua eficiência, o objetivo da Política de Remuneração da Companhia é atrair os melhores profissionais existentes no mercado, além de reter e motivar seus colaboradores.

(b) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

A remuneração dos Administradores está sempre alinhada com os objetivos estratégicos da Companhia, com foco em sua perenidade e criação de valor a longo prazo.

O Conselho de Administração, por meio de um procedimento formal e transparente, determina a remuneração valorizando a meritocracia, reconhecendo o esforço e as habilidades diferenciadas das pessoas que geram resultados para a Companhia, oferecendo padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo, considerando ainda, os custos e riscos

envolvidos, vinculando a resultados com metas de médio e longo prazo de forma clara e objetiva à geração de valor para a Companhia.

(i) Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A Assembleia Geral fixará, anualmente, a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, sendo que o Conselho de Administração fixará a remuneração global e individual dos Diretores.

(ii) Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

É feito um estudo de mercado com uma consultoria especializada em remuneração para entender as práticas de mercado e, de acordo com a estratégia de remuneração da companhia, é fixado a remuneração individual dos seus administradores.

(iii) Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia anualmente a adequação da Política de Remuneração da Companhia, avaliando se a remuneração paga por ela condiz com o cargo, responsabilidades e volume de trabalho de cada membro, levando em consideração, ainda, sua situação econômico-financeira.

(c) Composição da remuneração, indicando:

(i) Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

Conselho de Administração

Todos os conselheiros independentes fazem jus a uma remuneração fixa mensal. Os membros do Conselho de Administração da Companhia poderão ser elegíveis ao Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (Seguro D&O). Os membros do conselho de administração que acumulam a função de diretor estatutário recebem apenas pela posição na diretoria.

Diretoria Estatutária

A remuneração fixa anual é o elemento principal e fundamental da remuneração dos membros da Diretoria e deverá se basear especialmente no cargo e nas responsabilidades desempenhadas,

bem como na experiência individual, sendo composta por uma remuneração mensal, a título de pró-labore ou salário, definida de acordo com a negociação individual, orientada, dentre outros fatores, por pesquisas salariais do segmento de atividade da Companhia.

Os diretores estatutários e não-estatutários da Companhia poderão ser elegíveis ao Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (Seguro D&O).

Os Diretores poderão fazer jus ao recebimento de uma remuneração variável, que permite à Companhia oferecer retribuição pelo seu desempenho e comportamento, refletindo, ao mesmo tempo, a lucratividade e a situação financeira da Companhia. Tal remuneração é atrelada ao cumprimento de metas financeiras, aos resultados da Companhia e/ou a metas individuais do Diretor.

Os Diretores também podem ser elegíveis a participar de planos de incentivo de longo prazo, com remuneração baseada em ações, incluindo opções ou outras modalidades e instrumentos que vierem a ser estabelecidos pela Companhia.

Membros do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças

Os Membros do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças fazem jus a uma remuneração anual, composta por até 12 parcelas fixas mensais.

- **em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total para os três últimos exercícios sociais:

2022	Remuneração fixa	Remuneração variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	45,84%	26,61%	27,55%	100%
Conselho Fiscal	100%	0	0	100%
2021	Remuneração fixa	Remuneração variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0	0	100%
Diretoria Estatutária	40,31%	59,69%	0%	100%
Conselho Fiscal	100%	0	0	100%

2020	Remuneração fixa	Remuneração variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	-	-	-
Diretoria Estatutária	100%	-	-	-
Conselho Fiscal	100%	0	0	100%

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações. Da mesma forma, a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração é determinada pela Assembleia Geral de Acionistas. O valor da remuneração fixa paga aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária e não estatutária é comparado periodicamente com o padrão de mercado por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas especializadas, de forma que se possa avaliar a sua competitividade e eventualmente analisar a necessidade de se realizar reajustes na remuneração. Já a remuneração variável não está sujeita a reajustes, mas sim ao atendimento das metas estabelecidas, conforme melhor descrito a seguir.

A remuneração do Conselho de Administração da Companhia será revisada ao menos a cada dois anos, levando em consideração quaisquer mudanças nas atividades prestadas ou nos níveis de remuneração utilizados pelo mercado.

São considerados como critérios para o reajuste anual da remuneração fixa dos demais órgãos da Administração: (i) meritocracia, (ii) análise da movimentação salarial apresentada pelas pesquisas de mercado realizadas anualmente por consultoria independente e especializada com empresas com filosofia de remuneração consistentes e similares, assim como concorrentes em recursos humanos.

A remuneração da Diretoria estatutária deve ser aprovada pelo Conselho de Administração por meio de um procedimento formal e transparente, visando a que a remuneração dos diretores:

- valorize a meritocracia, reconhecendo o esforço e as habilidades diferenciadas das pessoas que geram resultados para a Companhia, sem, contudo, comprometer o equilíbrio interno e o senso de trabalho em equipe;
- ofereça padrões de remuneração compatíveis com as responsabilidades de cada cargo, de modo a reconhecer diferentes níveis de capacidade para gerar impactos nos resultados da Companhia;

- (c) considere os custos e os riscos envolvidos; e
- (d) esteja vinculada a resultados, com metas de médio e longo prazos, relacionadas de forma clara e objetiva à geração de valor econômico para a Companhia no longo prazo.

A estrutura de incentivos dos Diretores deve estar alinhada aos limites de risco definidos pelo Conselho de Administração, sendo vedado que uma mesma pessoa controle o processo decisório e sua respectiva fiscalização. Ninguém deve deliberar sua própria remuneração.

- **Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Não temos.

(ii) Razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores da Companhia são incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de executivos, de modo a maximizar a criação de valor ao negócio da Companhia, por meio de resultados consistentes e sustentáveis, tanto de médio quanto de longo prazo.

(iii) A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há membros não remunerados.

(d) A existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Até a presente data, não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de eventos societários.

8.2 – Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2023) - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	7,00	3,00	17,00
Nº de membros remunerados	5,00	7,00	3,00	15,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.766.000,00	8.187.480,00	292.572,00	11.246.052,00
Benefícios direto e indireto	0,00	2.374.412,56	0,00	2.374.412,56
Participações em comitês	864.000,00	0	0,00	864.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	0,00	11.766.900,00	0,00	11.766.900,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	7.692.962,40	0,00	7.692.962,40 ⁽¹⁾
Observação	N/A	N/A	N/A	N/A
Total da remuneração	3.630.000,00	30.021.754,96	292.572,00	33.944.326,96

(1) O valor previsto considera a eventual outorga no contexto do plano em vigor, mas ainda não há decisão da administração sobre os termos e condições para o ano de 2023.

Remuneração total do exercício social encerrado em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,67	7,00	3,00	19,67
Nº de membros remunerados	7,33	7,00	3,00	17,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.724.000	5.493.131,74	235.593,60	8.192.725,34
Benefícios direto e indireto	0,00	1.483.232,71	0,00	1.483.232,71
Participações em comitês	740.000	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-

Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.048.823,04	0,00	4.048.823,04
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	4.192.668,26	0,00	4.192.668,26
Observação	N/A	N/A	N/A	N/A
Total da remuneração	2.464.000,00	15.217.855,75	235.593,60	17.917.449,35

Remuneração total do exercício social encerrado em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,58	5,83	1,58	17,99
Nº de membros remunerados	7,75	5,83	1,58	15,16
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.461.000,00	3.686.440,04	92.980,74	5.240.420,78
Benefícios direto e indireto	129.250,00	249.536,68	8.209,26	386.995,94
Participações em comitês	892.825,44	0,00	0,00	892.825,44
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	0,00	5.828.998,54	0,00	5.828.998,54
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	N/A	N/A	N/A	N/A
Total da remuneração	2.483.075,44	9.764.975,26	101.190,00	12.349.240,70

Remuneração total do exercício social encerrado em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	5,00	3,00	0,00	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	629.675,00	1.674.332,00	0,00	2.304.007,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	320.000,00	0,00	0,00	320.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	N/A	N/A	N/A	N/A
Total da remuneração	949.675,00	1.674.332,00	0,00	2.624.007,00

8.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal dos 3 últimos exercícios sociais e do exercício social corrente

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (31/12/2023)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	7,00	3,00	17,00
Nº de membros remunerados	0,00	7,00	0,00	7,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	3.922.300,00	-	3.922.300,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	11.766.900,00	-	11.766.900,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	7.844.600,00	-	7.844.600,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,67	7,00	3,00	19,67
Nº de membros remunerados	0,00	7,00	0,00	7,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	2.684.240,00	-	2.684.240,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	8.052.720,00	-	8.052.720,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	5.368.480,00	-	5.368.480,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	4.048.823,04	-	4.048.823,04
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
---	---	---	---	---

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	8,00	0,00	15,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00	0,00	8,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.979.222,00	-	1.979.222,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	5.937.696,00	-	5.937.696,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	3.898.464,00	-	3.898.464,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	5.828.998,54	-	5.828.998,54
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de	-	-	-	-

remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

8.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Em 03 de fevereiro de 2022, os acionistas da Companhia aprovaram a criação do Plano de Incentivo Baseado em Ações, que tem por objetivo conferir aos seus beneficiários a oportunidade de adquirir ações de emissão da Companhia com vistas a: gerar um maior alinhamento de interesses destes beneficiários com os acionistas da Companhia na busca de um crescimento sustentável dos negócios da Companhia; buscar o atingimento dos objetivos sociais e das metas da Companhia; reforçar a capacidade da Companhia de atrair, reter e motivar os beneficiários, buscando um comprometimento de longo prazo desses com os objetivos da Companhia; e compartilhar a criação de valor, bem como os riscos inerentes aos negócios da Companhia.

O Plano é formado por dois modelos de incentivos baseados em ações de emissão da Companhia, o Modelo de Opções de Compra de Ações e o Modelo de Outorga de Ações Restritas, e estabelece os termos e condições para a outorga, pela Companhia.

Os Programas de Opção de Compra de Ações e/ou Programas de Outorga das Ações Restritas serão criados pelo Conselho de Administração da Companhia. A adesão dos beneficiários aos Planos dependerá da celebração de um contrato entre o beneficiário e a Companhia contendo as regras, termos e condições aplicáveis, que deverão ser cumpridas pelo beneficiário para fazer jus aos benefícios do Plano e do respectivo Programa de Opções e/ou Programa de Ações Restritas.

Em 24 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a criação do 1º Programa de Opção de Compra de Ações, nos termos e condições constantes do Anexo I a esta ata, o qual foi autenticado pela Mesa e ficará arquivado na sede da Companhia. Foi consignado que o 1º Programa de Opção de Compra de Ações estará limitado a um total de até 5.236.439 ações ordinárias, correspondentes a 0,67% do capital social da Companhia naquela data. Neste 1º Programa, as Opções serão conferidas ao beneficiário em 3 (três) lotes anuais, que poderão ser exercidos ao final de cada período de 12 (doze) meses, a partir do 1º (primeiro) aniversário do respectivo Contrato, de acordo com o cronograma definido em contrato e desde que o beneficiário continue vinculado à Companhia.

Seguem abaixo as características do Plano:

(a) Termos e condições gerais

Data de Aprovação. Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 03 de fevereiro de 2022.

Classe de ações a serem exercidas. Ordinárias.

Beneficiários. Serão as pessoas referidas no artigo 168, §3º, da Lei das S.A., consideradas pelo Conselho de Administração como estratégicas para viabilizar o desenvolvimento da Companhia.

Limite Quantitativo. O limite máximo de ações que poderão ser adquiridas e/ou concedidas é de 5% do capital social da Companhia na data de aprovação do Plano (“Limite Global de Outorga”).

Períodos de Carência (vesting):

Modelo de Opções de Compra de Ações: Caberá ao Conselho de Administração, em cada Programa de Opções, estabelecer os prazos para aquisição do direito de exercer as Opções, incluindo eventual definição, se for o caso, de (i) prazo de carência para aquisição do direito de exercício das Opções; e (ii) os prazos e as condições para exercício das Opções outorgadas, incluindo eventual prazo limite para o exercício total ou parcial das opções.

Modelo de Outorga de Ações Restritas: A transferência pela Companhia ao beneficiário das Ações Restritas será realizada da seguinte forma: (i) 25% do total de Ações Restritas outorgadas serão transferidas ao beneficiário ao final do 1º e 2º aniversários do Contrato de Outorga de Ações Restritas, respectivamente; e (ii) 50% do total de Ações Restritas outorgadas serão transferidas ao beneficiário ao final do 3º aniversário do Contrato de Outorga de Ações Restritas.

Prazo de Vigência do Plano. O Plano terá vigência até atingimento do Limite Global de Outorga, permanecendo válidas e em vigor todas as suas regras em relação aos beneficiários que tenham celebrado Contratos de Outorga.

(b) Data de aprovação e órgão responsável

Em 03 de fevereiro de 2022, os acionistas da Companhia aprovaram a criação do Plano de Incentivo Baseado em Ações. Em 24 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a criação do 1º Programa de Opção de Compra de Ações

(c) Número máximo de ações abrangidas

Poderão ser transferidas aos beneficiários, no contexto do Plano, considerando, em conjunto, a outorga das Opções dentro do Modelo de Opções de Compra de Ações e a outorga de Ações Restritas dentro do Modelo de Ações Restritas, até, no máximo, 39.237.369 (trinta e nove milhões, duzentos e trinta e sete mil, trezentas e sessenta e nove) ações ordinárias, que representam até 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia na data de aprovação do Plano.

(d) Número máximo de opções a serem outorgadas

Poderão ser outorgadas aos beneficiários, no contexto do Plano, até, no máximo, 39.237.369 (trinta e nove milhões, duzentos e trinta e sete mil, trezentas e sessenta e nove) Opções, cada uma dando direito à subscrição de uma ação de emissão da Companhia.

(e) Condições de aquisição de ações

As opções de ações dos Planos somente poderão ser exercidas de acordo com os termos e condições descritos no item “a” acima.

(f) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das Opções é equivalente à média por volume das cotações de fechamento das ações de emissão da Companhia dos últimos 60 (sessenta) pregões na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (a ser determinado pelo Conselho de Administração em cada Programa de Opções), anteriores à data da outorga da Opção (“Média dos Pregões”).

A concessão das Ações Restritas será realizada a título gratuito aos beneficiários, observados os termos do Plano e nos respectivos Programas, e as regras contidas em cada Contrato.

(g) Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

No que tange ao Modelo de Opções de Compra de Ações, caberá ao Conselho de Administração, em cada Programa, estabelecer os prazos para aquisição do direito de exercer as Opções, incluindo eventual definição, se for o caso, de (i) prazo de carência para aquisição do direito de exercício das Opções; e (ii) os prazos e as condições para exercício das Opções outorgadas, incluindo eventual prazo limite para o exercício total ou parcial das opções.

Em relação ao Modelo de Outorga de Ações Restritas, a transferência pela Companhia ao beneficiário das Ações Restritas será realizada da seguinte forma: (i) 25% (vinte e cinco por cento) do total de Ações Restritas outorgadas serão transferidas ao beneficiário ao final do 1º e do 2º aniversários do Contrato de Outorga de Ações Restritas, respectivamente; e (ii) 50% (cinquenta por cento) do total de Ações Restritas outorgadas serão transferidas ao beneficiário ao final do 3º aniversário do Contrato de Outorga de Ações Restritas. Além disso, a efetiva transferência das Ações Restritas para o beneficiário ficará condicionada ao cumprimento das demais condições e prazo previstos no Plano, nos Programas de Ações Restritas e nos Contratos de Outorga de Ações Restritas.

(h) Forma de liquidação

Os preços de exercício das Opções serão pagos pelos beneficiários na forma e prazos determinados pelo Conselho de Administração e fixados em cada Programa.

(i) Restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus acionistas poderá, a seu

exclusivo critério, estabelecer períodos mínimos de indisponibilidade durante o qual o beneficiário não poderá ceder, alienar ou, de qualquer forma, transferir as Ações.

(j) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Limite Global de Outorga

O Limite Global de Outorga poderá ser ajustado, sem a prévia aprovação da assembleia geral, se o número de ações de emissão da Companhia for aumentado ou diminuído como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos das ações de emissão da Companhia.

Observadas as limitações estabelecidas no Plano em relação à alteração do Limite Global de Outorga, o Conselho de Administração poderá, a qualquer tempo: (i) alterar e extinguir Programas ou o Plano em si; (ii) aprovar Programas; e (iii) regular os casos omissos. Em qualquer caso, eventuais alterações ou extinção de Programas ou do Plano em si não poderão afetar os termos e condições dos Contratos de Outorga que já tiverem sido celebrados com os beneficiários, sem a anuência destes e o Conselho de Administração não poderá aumentar o Limite Global de Outorga.

Reorganização Societária

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outro tipo de reorganização societária da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, as Opções e/ou Ações Restritas dos Programas em vigor, a critério do Conselho de Administração, poderão ser transferidas para a companhia sucessora ou terão seus prazos de carência antecipados, por determinado prazo, para que possam ser exercidas pelo beneficiário anteriormente à extinção da Companhia. Após o referido prazo, o Plano terminará e todas as Opções não exercidas e/ou Ações Restritas ainda não transferidas para o beneficiário caducarão para todos os fins e efeitos, sem que seja devido qualquer reembolso ou indenização ao beneficiário no âmbito do Plano.

(k) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do participante dos Planos por demissão, destituição ou rescisão, com ou sem justa causa, aposentadoria ou falecimento ou incapacidade permanente, os direitos a ele conferidos de acordo com os Planos poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto a seguir:

Destituição motivada do cargo ou Desligamento Motivado. Na hipótese, conforme aplicável, de destituição do cargo ou desligamento do beneficiário, por qualquer das hipóteses previstas no respectivo Contrato de Outorga, o beneficiário perderá, automaticamente e independentemente de manifestação da Companhia ou qualquer outra formalidade, a totalidade

das Opções a ele outorgadas que ainda não tenham sido exercidas e/ou a totalidade das Ações Restritas a ele outorgadas que ainda não tenham sido transferidas, independentemente de terem sido cumpridas ou não as condições de exercício ou recebimento.

Aposentadoria. Na hipótese de aposentadoria do beneficiário, o beneficiário permanecerá titular (i) das Opções a ele outorgadas, independentemente do cumprimento das condições de exercício; (ii) das Ações Restritas a ele outorgadas, que serão transferidas ao beneficiário na forma e nos prazos previstos no Plano.

Destituição Imotivada do Cargo ou Desligamento Imotivado, ou por Mútuo Acordo. Nas hipóteses de destituição do cargo ou desligamento do beneficiário por iniciativa da Companhia e/ou de qualquer de suas controladas, o beneficiário (i) perderá a totalidade das Opções e/ou das Ações Restritas outorgadas pela Companhia cujas condições para exercício ou recebimento ainda não tenham sido cumpridas, as quais estarão revogadas de pleno direito; (ii) permanecerá titular (a) das Opções cujas condições de exercício já tenham sido cumpridas, que poderão ser exercidas na forma e no prazo previstos no respectivo Contrato de Outorga, após o qual as Opções estarão revogadas e extintas de pleno direito, para todos os fins e efeitos; e (b) das Ações Restritas a ele outorgadas cujas condições de exercício já tenham sido cumpridas, que serão transferidas ao beneficiário na forma e nos prazos previstos neste Plano.

Renúncia ao cargo ou Desligamento Voluntário. Nas hipóteses de renúncia ao cargo ou desligamento do beneficiário por iniciativa própria, a pedido do próprio beneficiário, conforme aplicável, o beneficiário, (i) perderá a totalidade das Opções e/ou das Ações Restritas outorgadas pela Companhia cujas condições para exercício ou recebimento ainda não tenham sido cumpridas, as quais estarão revogadas de pleno direito, e (ii) permanecerá titular das Opções a ele outorgadas cujas condições de exercício já tenham sido cumpridas, que poderão ser exercidas pelo beneficiário no prazo de até 30 (dias) contados da renúncia ou desligamento, após o qual as Opções estarão revogadas e extintas de pleno direito, para todos os fins e efeitos.

Falecimento e Incapacidade Permanente. Nas hipóteses de falecimento ou incapacidade permanente do beneficiário, o beneficiário (i) permanecerá – por meio dos seus sucessores ou seus representante(s) legal(ais), conforme o caso – titular (a) das Opções cujas condições de exercício já tenham sido cumpridas, que poderão ser exercidas na forma e no prazo previstos no respectivo Contrato de Outorga, após o qual as Opções estarão revogadas e extintas de pleno direito, para todos os fins e efeitos; (b) das Ações Restritas a ele outorgadas cujas condições de exercício já tenham sido cumpridas, que serão transferidas ao beneficiário na forma e nos prazos previstos neste Plano; e (ii) terá antecipado, o direito de (a) exercer as demais Opções da Companhia a ele outorgadas, as quais poderão ser exercidas na forma e no prazo previstos no respectivo Contrato de Outorga como se as condições para exercício tivessem sido cumpridas; (b) receber as demais Ações Restritas a ele outorgadas. Transcorrido o prazo de exercício sem que as Opções tenham sido exercidas pelos sucessores ou representante(s) legal(ais) do beneficiário as Opções estarão revogadas e extintas de pleno direito, para todos os fins e efeitos, sem que seja devido qualquer reembolso ou indenização ao beneficiário ou a seus sucessores no âmbito do Plano.

O Conselho de Administração, mediante proposta do Diretor Presidente, poderá, a seu exclusivo critério, flexibilizar as regras acima mencionadas.

8.5 - Remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações – previsto para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	7
Nº de membros remunerados	0,00	7
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	1.782.502
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,00%	0,22%

(*) Embora a Companhia estime a realização de novas outorgas de opções de compra de ações no âmbito do plano descrito no item 8.4, neste momento ainda não foram definidas informações acerca da data e quantidade de opções a serem outorgadas. Não obstante, a Companhia reitera que outorgas que venham a ser realizadas observarão a diluição máxima descrita no item 8.4 acima.

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	7
Nº de membros remunerados	0	7
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-(1)
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,22%

(1) Não aplicável, tendo em vista que a primeira outorga realizada pela Companhia no âmbito do plano descrito no item 8.4 ocorreu ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e, portanto, não havia opções em aberto no início de tal exercício.

Adicionalmente, a Companhia esclarece que não houve reconhecimento de quaisquer opções de compra de ações que tenham sido outorgadas pela Companhia a seus administradores no resultado de 2021 e 2020.

8.6 - Outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente do conselho de administração e da diretoria estatutária

Outorgas previstas para o exercício social corrente

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	7
Nº de membros remunerados	N/A	7
Data de outorga	N/A	A definir
Quantidade de opções outorgadas	N/A	1.590.440,48
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	2 anos
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	6 anos
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	10,05
Multiplificação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	15.983.926,79

(*) Embora a Companhia estime a realização de novas outorgas de opções de compra de ações no âmbito do plano descrito no item 8.4, neste momento ainda não foram definidas informações acerca da data e quantidade de opções a serem outorgadas. Não obstante, a Companhia reitera que outorgas que venham a ser realizadas observarão o valor previsto no item 8.2 com relação à proporção da despesa a ser reconhecida no resultado do exercício social corrente. Nesse sentido, foram consideradas, de forma exclusivamente indicativa, as características da outorga realizada em 2022.

Outorgas realizadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	7
Nº de membros remunerados	N/A	7
Data de outorga	N/A	Mar/22
Quantidade de opções outorgadas	N/A	1.782.502
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	2 anos
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	6 anos
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	10,05
Multiplificação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	17.914.145,10

8.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária ao final do último exercício social

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2022

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
--	-----------------------	---------------------------

Nº total de membros	7	9,67
Nº de membros remunerados	7	0
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	1.782.502	N/A
Data em que se tomarão exercíveis	2024	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	6 anos	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	12,71	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	10,05	N/A
Opções exercíveis		
Quantidade	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A

8.8 - Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária nos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável, tendo em vista que não houve exercício de opções de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8.9 - Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Em 2022 e 2021 não foi reconhecida qualquer remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, no resultado da Companhia e não há previsão para o exercício social corrente. Adicionalmente, seguem abaixo as informações acerca da remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, no resultado da Companhia em 2020.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	3

Nº de membros remunerados	0	1
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,00%	0,00%

8.10 - Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não houve outorga de ações de emissão da Companhia para administradores nos últimos três exercícios sociais nem há previsão para o exercício social corrente.

8.11 - Ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária nos 3 últimos exercícios sociais:

Não houve entrega de ações de emissão da Companhia para administradores nos últimos três exercícios sociais nem há previsão para o exercício social corrente, exceto com relação à entrega realizada em 2020, conforme abaixo.

Ações entregues no exercício social encerrado em 31/12/2020	Diretoria	Conselho de Administração
Nº de membros	5	N/A
Nº de membros remunerados	1	N/A
Número de ações entregues	89.942	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	R\$45,73	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A ⁽¹⁾	N/A
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A ⁽¹⁾	N/A

⁽¹⁾ Não aplicável, tendo em vista que as ações foram entregues previamente à realização da oferta pública inicial de distribuição de ações de emissão da Companhia.

8.12 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(a) Modelo de precificação

O modelo utilizado para precificação do valor justo das opções da outorga, no âmbito do Plano de Opção 2022 foi o método Black & Scholes.

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Foram utilizadas as seguintes premissas para obter o valor justo das opções outorgadas em 2022:

- Preço de exercício: Média dos últimos 60 pregões da data de outorga

- Volatilidade esperada: 45%

- Rendimento de dividendo esperado: 0,4%

	Na data de outorga	1º ano da data da outorga	2º ano da data da outorga	3º ano da data da outorga	4º ano da data da outorga
Preço atual (esperado) das ações	12,71	14,62	16,81	19,33	22,23
Preço de exercício	12,71	12,71	12,71	12,71	12,71
Volatilidade esperada	45%	45%	45%	45%	45%
Rendimento esperado do dividendo	0,40%	0,40%	0,40%	0,40%	0,40%
Valor justo da opção	10,05	10,05	10,05	10,05	10,05

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O programa de outorga de opções não permite o exercício antecipado da opção.

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Volatilidade histórica do Plano de Opções foi calculada com base na média anual da volatilidade das ações da Companhia desde o início de suas negociações em mercado.

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Foi utilizada a premissa de crescimento das ações de 15% ao ano a partir da data de outorga.

8.13 – Quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, emitidos, no Brasil ou no exterior, pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

A Companhia esclarece que, exceto pelas ações de emissão da Companhia, os administradores e membros do Conselho Fiscal não detinham em 31 de dezembro de 2022 quaisquer ações de emissão de controladas da Companhia, controladores da Companhia ou de sociedades sob controle comum. Seguem abaixo as informações acerca das ações de emissão da Companhia detidas.

Órgão	Valor Mobiliário	Quantidade	(%) Capital Social
Conselho de Administração	Ações Ordinárias	3.797.042	0,48%
Diretoria	Ações Ordinárias	103.096.624	13,14%
Conselho Fiscal	Ações Ordinárias	N/A	N/A

8.14 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não patrocina plano de previdência em benefício de seus administradores.

8.15 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	7	5,83	3	9,67	10,58	7	3	1,58	0
Nº de membros remunerados	7	5,83	3	7,33	7,75	5	3	1,58	0
Valor da maior remuneração	4.099.093,89	3.034.543,52	1.277.973,76	604.000,00	614.000,00	336.000,00	78.531,20	42.169,70	0
Valor da menor remuneração	1.511.608,52	2.680.106,96	477.653,89	460.000,00	325.000,00	300.000,00	78.531,20	0	0
Valor médio da remuneração	2.173.979,39	1.674.952,87	859.207,41	336.000,00	320.396,83	307.200,00	78.531,20	64.044,30	0

Observações

Diretoria Estatutária	
31/12/2021	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP. A menor remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da maior remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

31/12/2021	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP. A menor remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da maior remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.
31/12/2020	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

Conselho de Administração

31/12/2022	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP. A menor remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da maior remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.
31/12/2021	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP. A menor remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da maior remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.
31/12/2020	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

Conselho Fiscal

31/12/2022	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP. A menor remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da maior remuneração anual individual da Diretoria foi
------------	--

	apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima. No caso do conselho fiscal, não tivemos membro que exerceu a função durante os 12 meses de exercício para cálculo da remuneração mínima.
31/12/2021	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP. A menor remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da maior remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima. No caso do conselho fiscal, não tivemos membro que exerceu a função durante os 12 meses de exercício para cálculo da remuneração mínima.
31/12/2020	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado.

8.16 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Exceto pelos benefícios descritos no quadro 8.1, não há qualquer arranjo contratual nem qualquer instrumento que estruture mecanismos de remuneração ou indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em caso de desligamento de suas funções.

8.17 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Exercício social a ser encerrado em 31/12/2023	0%	100%	-
Exercício social encerrado em 31/12/2022	0%	100%	-
Exercício social encerrado em 31/12/2021	0%	100%	-
Exercício social encerrado em 31/12/2020	0%	100%	-

8.18 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar a remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Os administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia não receberam nos últimos três exercícios sociais nem há previsão de recebimento no exercício social corrente de qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente, indicar a remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável, visto que nenhuma remuneração de administradores ou membros do Conselho Fiscal da Companhia referente aos últimos três exercícios sociais foi reconhecida no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, das sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia e não há previsão de tal reconhecimento no exercício social corrente.

8.20 - Outras informações relevantes

ILP dos anos de 2017, 2018 e 2019

Em 19 de junho de 2017, 9 de janeiro de 2018 e 27 de junho de 2019, os acionistas da Companhia aprovaram, respectivamente, a criação do Plano de Outorga de Ações, Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações e Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de março de 2020, o Conselho de Administração da Companhia deliberou e aprovou a antecipação do período de carência para emissão de todas as Ações Restritas adicionais, e a Companhia aumentou o capital social e reserva de capital, pelo valor das ações entregues aos executivos detentores das opções de compra. Dessa forma, todas as despesas relacionadas aos planos foram aceleradas e reconhecidas no período de três meses findo em 31 de março de 2020, no valor de R\$ 35.855 mil, dos quais R\$ 5.810 mil estão atrelados aos administradores da Companhia, sendo certo que não houve impacto no caixa da Companhia no ano de 2020.

As despesas reconhecidas com remuneração baseada em ações relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019 não foram pagas para administradores estatutários da Companhia e, por isso, não foram refletidos valores pagos a título de remuneração baseada em ações no item 13.2 deste Formulário.

Combinação de Negócios com a Cia Hering – efeitos em relação a plano de opção de compra de ações

Em 26 de abril de 2021, a Companhia e a Cia Hering celebraram um Acordo de Associação e Outras Avenças, alterado por meio do Aditivo ao Acordo de Associação e Outras Avenças, de 02 de julho de 2021, o qual também foi celebrado pela Cidade Maravilhosa Indústria e Comércio de Roupas Ltda. (“Cidade Maravilhosa” e “Acordo”, respectivamente), por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a implementação de uma combinação dos negócios entre a Companhia e a Hering (“Combinação de Negócios”), pela qual os acionistas de Cia. Hering passaram a ser acionistas da Companhia.

As 2.442.864 opções que existiam em aberto em Cia Hering, no âmbito de planos de opção de compra de ações (Stock Options) e as 566.271 ações restritas, todas em circulação, foram antecipadas e outorgadas aos beneficiários no ano de 2021, não restando nenhuma obrigação sob nenhum dos planos, os quais serão integralmente cancelados até o fechamento da Operação.

Para maiores informações sobre a Operação, vide seções 4.1, 7.9, 10.9 e 15.8 do Formulário de Referência.